

## **II.4 Áreas ambientais degradadas pela supressão da vegetação natural**

### **II.4.1. Análise da situação de degradação por Município**

#### **II.4.1.1. Aspectos ambientais (SEADE, 1999)**

Nos aspectos mais diretamente interferentes nas condições ambientais da UGRHI-22, a erosão dos solos urbano e rural é tida como um dos principais problemas regionais e que contribui diretamente para o assoreamento dos rios e córregos. No âmbito urbano, a falta de uma planificação do sistema viário, principalmente, em loteamentos e conjuntos habitacionais de baixa renda, a falta de controle de implantação e a ausência de investimentos em galerias pluviais são fatores determinantes para agravamento do problema. Na área rural, foram determinantes no processo de erosão a enorme suscetibilidade do solo (Unidades litoestratigráficas Bauru e Caiuá), aliado ao desmatamento intensivo de áreas reservadas e ao longo de cursos d'água, o manejo de sucessivas culturas, sem preocupação com a utilização de práticas conservacionistas. Programas de controle e fiscalização, para o primeiro caso, e de incentivo à composição de matas, no segundo, estão sendo encaminhados, em diversos casos. Recentemente foi implantado no município de Presidente Venceslau a Pontal Flora, uma associação de recuperação florestal que atende cerca de 53 municípios na região (Alta Sorocabana e Alta Paulista), com cerca de 3 milhões e meio de mudas plantadas, sendo distribuídas até 50.000 mudas por proprietário/ano.

Outro aspecto de destaque é a falta de tratamento dos esgotos, principalmente o doméstico, uma vez que a CETESB tem priorizado os esgotos provenientes das indústrias regionais. O município de Presidente Prudente é considerado o maior responsável pela poluição do rio Santo Anastácio, seguido por Presidente Venceslau. Conforme informação, 90% do problema será resolvido após a conclusão da Estação de Tratamento de Esgoto em Presidente Prudente em obras pela SABESP e que poderá ser partilhada com Álvares Machado.

Em relação ao sistema de coleta, destinação e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, conforme já apontado no item correspondente do relatório, as condições da região, nesse aspecto são inadequadas. Não foi possível obter informações da CETESB se os municípios possuem Termo Compromisso de Ajustamento de Controle Ambiental (TAC), visando reorientar os problemas do setor. Sabe-se, no entanto, que encontra-se em construção um aterro sanitário e uma usina de compostagem em Presidente Prudente. Quanto aos serviços de coleta de lixo, diz respeito às dificuldades de introdução de procedimentos de reciclagem, que exigem tratamento integrado de todo o sistema, com reorientação do pessoal, educação ambiental e conscientização da população.

Em síntese, as principais preocupações ambientais do Comitê de Bacia Pontal do Paranapanema, de acordo com as análises feitas e com as observações realizadas, concentram-se nos seguintes aspectos:

- proteção de mananciais superficiais com tratamento de nascentes e recomposição de matas ciliares e controle de utilização de mananciais subterrâneos;
- controle da erosão regional, urbana e rural, concentrada em novos parcelamentos urbanos junto ao espigão do rio Santo Anastácio (principalmente nos municípios de maior porte, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Santo Anastácio e Presidente Epitácio);
- direcionamento de investimentos e procedimentos de controle operacional dos sistemas relacionados ao saneamento urbano, esgotos e seu tratamento, água e seu controle de consumo e adequação dos sistemas de coleta e destinação de resíduos urbanos.

#### **II.4.1.2. Controle ambiental**

O controle ambiental, de acordo com dados obtidos na Fundação SEADE, é realizado basicamente por dois órgãos, a CETESB que é responsável pelas questões que se referem a área urbana e sua ocupação; e pelo Departamento Estadual de Proteção do Recursos Naturais - DEPRN, responsável pela ocupação no espaço rural.

De modo geral, através dos dados obtidos junto à CETESB é possível perceber a dinâmica de parcelamento do solo urbano através da análise do número de pedidos de implantação de loteamentos e desmembramentos de lotes, assim como pedidos de licenciamento para funcionamento de unidades industriais e de instalações industriais. De acordo com dados obtidos no Perfil Ambiental da Fundação SEADE, em 1990, o número total de pedidos de licenças à CETESB de lotes a serem implantados eram de 6.268, correspondendo a cerca de 1.539.063 ha e o número de lotes desmembrados eram 183 correspondendo a uma área 77.420 ha. Cerca de 12 loteamentos foram desmembrados e 33 loteados. Em 1997, nenhum pedido foi efetuado à CETESB.

O número total de pedidos de licenciamento de funcionamento industrial feitos à CETESB na UGRHI-22 aumentou de 18, em 1990, para 56, em 1997. O número de pedidos de licenciamento de instalação industrial de 21 Para 50. Presidente Prudente, em 1990, foi responsável por 61% e 57% destes pedidos, respectivamente, em 1997; Presidente Epitácio representou com 50% e 40% dos pedidos.

Por outro lado, o número de autos de infração por advertência da CETESB caiu de 61 para 35 e por multa manteve-se em 15 autos. As indústrias situadas em Presidente Prudente lideram em cerca de 80%, o número de advertências e multas.

Através dos dados obtidos no Perfil Ambiental, quanto à atuação do DEPRN, é possível analisar apenas o número de autos de inflação aplicados em áreas que deveriam ser protegidas ou preservadas na área rural. Entretanto, não ficam claras as especificidades de cada área de preservação relacionada.

Em 1990, cerca de 1.665 ha foram autuados por suprimirem vegetação fora de preservação permanente em árvores isoladas (tipo 1A), 842 ha em maciço florestal (tipo 1B) e, 761 ha fora de preservação permanente - maciço florestal (tipo 1A). Em 1997, o número de hectares reduz para 119, 1,65 e 4,87 ha, respectivamente.

Em 1985, o Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo - IEA e o Departamento Estadual de Proteção dos Recursos

Naturais da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - DEPRN, através do "Projeto Olho Verde", que utilizou técnicas de sensoriamento remoto no controle de áreas naturais do Estado, estimava que a região possuía cerca de 67.500 ha de vegetação natural remanescente, representando cerca de 5,56% do seu território.

Segundo técnicos do DEPRN, este índice é considerado baixo, pois se fossem obedecidas todas as exigências legais estabelecidas desde a década de 40, com a criação de três reservas florestais (Grande Reserva do Pontal, Morro do Diabo e Lagoa São Paulo) e áreas de vegetação natural, deveriam somar 323.162 há. Se os proprietários de estabelecimentos agrícolas respeitassem a exigência de demarcar a reserva de áreas naturais, estas somadas seriam de aproximadamente 174.174 ha. Adicionando-as às áreas de reservas, totalizariam cerca de 444.357 ha de área.

Cabe destacar ainda, que a região contava, em 1990, com apenas 2,44% das reservas particulares averbadas, ou seja 5.928,76 ha, representando cerca de 8,78% de sua vegetação remanescente. Entretanto, já deveriam estar averbadas em cartório, ao menos 10% das reservas legais, que correspondem às propriedades regularizadas. Isto significa que os desmatamentos estavam sendo efetuados sem licença e orientação técnica. Já nas terras ocupadas sem regularização fundiária não há como averbar em cartório as reservas, indicando, neste caso, uma dupla ilegalidade. As características geomorfológicas e pedológicas da região, devem ser analisadas conjuntamente para a configuração do quadro atual do estágio de degeneração. Sobretudo, este cruzamento de informações deverá traçar perspectivas de sua evolução, para a implementação de medidas, de curto, médio e longo prazos que objetivem a contenção da degeneração.